PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO MAIRINCK

Praça Sr. Otacílio Ferreira – Centro - Fone Fax 043-5611221– 86.480-000 – Conselheiro Mairinck – Paraná

APRESENTAÇÃO

O Estatuto dos Servidores Públicos da Prefeitura do Município de Conselheiro Mairinck, promulgado em abril de 1992, constitui-se num instrumento importante, definidor dos direitos e obrigações dos Servidores e norteador das suas relações com o Município. Por isso o seu conhecimento e observância fazem-se necessário.

Esperamos, portanto, que o conhecimento e a análise deste Estatuto, na certeza de que hoje e futuramente, nos instrumentará na busca da qualidade do serviço público em nosso Município.

Conselheiro Mairinck, abril de 1992.

José da Silva
Prefeito Municipal

SUMÁRIO

TÍTULO	CAPÍTULO	SEÇÃO	DISPOSIÇÕES	PÁG
			Apresentação	01
			Sumários	02
I	Único		Das Disposições preliminares	04
			Do Provimento, Vacância, Remoção, Redistribuição e Substituição	05
		I	Das Disposições Gerais	05
		II	Da Nomeação	06
		III	Do Concurso Público	06
		IV	Da Posse, do Estágio Probatório e do Exercício	07
		V	Da Estabilidade	08
		VI	Da Transferência e da Remoção	09
		VII	Da Readaptação	09
		VIII	Da Reversão	10
		IX	Da Reintegração	10
		X	Da Recondução	11
		XI	Da Disponibilidade e do Aproveitamento	11
	II		Da Vacância	12
	III		Da Substituição	12
III			Dos Direitos e Vantagens	12
	I		Do Vencimento e da Remuneração	13
	II		Das Vantagens	14
		I	Das Indenizações	14
			Das Diárias	14
			Das Indenizações de transportes	15
		II	Das Gratificações e Adicionais	15
	III		Das Férias	18
	IV		Das Licenças	19
		I	Das Disposições gerais	19
		II	Da Licença por motivo de Doença em Pessoa da Família	19
		III	Da Licença por motivo do afastamento do Cônjuge	20
		IV	Da Licença para o Serviço Militar	20
		V	Da Licença para Atividade Política	20
		VI	Da Licença – Prêmio por Assiduidade	20
		VII	Da Licença para tratar de Interesses Particulares	21
		VIII	Da Licença para desempenho de Mandato Classista	21
	V		Dos Afastamentos	22
		I	Do Afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade	22
		II	Do Afastamento para Exercício de Mand.Eletivo	22

SUMÁRIO

TÍTULO	CAPÍTULO	SEÇÃO	DISPOSIÇÕES	PÁG
		III	Do Afastamento para Estudo ou Missão no Exterior	22
	VI		Das Concessões	23
	VII		Do Tempo de Serviço	23
	VIII		Do Direito a Petição	24
VI			Do Regime Disciplinar	26
	I		Dos Deveres	26
	II		Das Proibições	26
	III		Da Acumulação	27
	IV		Das Responsabilidades	27
	V		Das Penalidades	28
V			Do Processo Administrativo Disciplinar	30
	I		Das Disposições Gerais	31
	II		Do Afastamento Preventivo	31
	III		Do Processo Disciplinar	31
		I	Do Inquérito	32
		II	Do Julgamento	34
		III	Da Revisão do Processo	35
VI			Da Seguridade Social do Servidor	36
	I		Das Disposições Gerais	36
	II		Dos Benefícios	37
		I	Da Aposentadoria	37
		II	Do Auxílio Natalino	38
		III	Do Salário Família	39
		IV	Da Licença para tratamento de Saúde	39
		V	Da Licença à Gestaçã,Adotante,Licença Paternidade	40
		VI	Da Licença por acidente em Serviço	41
		VII	Da Pensão	41
		VIII	Do Auxílio Funeral	43
		IX	Do Auxílio Reclusão	43
	III		Da Assistência a Saúde	44
	IV		Do Custeio	44
VII			Da Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público	44
VIII	Único		Das Disposições Gerais	45

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO MAIRINCK

Praça Sr. Otacílio Ferreira – Centro - Fone 043-5611221 – Fax 043-5611321 – 86.480-000 – Conselheiro Mairinck – Paraná

LEI Nº 111/92

“Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Conselheiro Mairinck, das Autarquias e das Fundações Municipais e Seu Regime Jurídico”.

Faço Saber que a Câmara Municipal Decretou e eu, Prefeito do Município de Conselheiro Mairinck, sanciono a Seguinte Lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO ÚNICO

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei institui o regime jurídico dos Servidores Públicos do Município de Conselheiro Mairinck, de suas Fundações e Autarquias.

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei, Servidor é pessoa legalmente investida em cargo público.

Art. 3º - Cargo público é o conjunto de atribuições previstas na estrutura organizacional, que devem ser cometidas a um servidor.

Único – Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por Lei, com denominação própria e remunerados pelos cofres do Município, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

Art. 4º - Os Servidores em exercício de Cargo em Comissão serão equiparados no que concerne a direitos, obrigações e fins previdenciários, aos cargos de provimento efetivo, respeitado as peculiaridades de cada um, quanto ao provimento, exercício, estabilidade e demissão.

Art. 5º - É vedada a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos específicos de participação em órgãos colegiados, previsto em Lei.

Art. 6º - A remuneração ou vencimento dos cargos públicos, obedecerá a padrões fixados em Lei e o seu reajuste ou atualização, será feito por Alto Poder Executivo, em índice nunca inferior ao fixado pelo Governo Federal em relação à inflação do período, observada a legislação federal quanto à política nacional de salários.

Art. 7º - Os cargos são considerados de carreira ou isolados e as atribuições de cada cargo serão fixados em Regulamento.

§ - 1º - Respeitada essa regulamentação, as atribuições inerentes a uma carreira ou série de classe, podem ser cometidas, indistintamente, aos servidores de suas diferentes classes.

§ - 2º - É vedado atribuir-se ao servidor, encargos ou serviços diferentes daqueles próprios de seu cargo ou carreira, e que, como tais, sejam definidos em Lei ou Regulamento.

Art. 8º - Classe é o cargo público isolado, constante de um grupo ocupacional, composto pelo agrupamento de atividades assemelhadas ou correlatas, e Série de Classes é o agrupamento de cargos da mesma denominação e atribuições, de diferentes níveis ou padrões de vencimento ou remuneração.

Art. 9º - Grupo Operacional é o conjunto de Classe ou Série de Classes e Quadro de Pessoal é o conjunto de diversos Grupos Operacionais.

TÍTULO II

CAPÍTULO I

DO PROVIMENTO, VACÂNCIA, REMOÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO;

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10º - São requisitos indispensáveis para investidura em cargo público municipal:

- I – A nacionalidade brasileira
- II – O gozo dos direitos políticos
- III – A quitação com as obrigações militares e eleitorais
- IV – O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo
- V – Aptidão física e mental.

§ 1º - As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em Lei ou Regulamento.

§ 2º - As pessoas portadoras de deficiência, é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo, cujas atribuições sejam compatíveis com a

deficiência de que são portadores; para tais pessoas, serão reservadas até 10% (dez por cento) das vagas oferecidas no concurso.

Art. 11 – O provimento nos cargos públicos far-se-á mediante ato da autoridade competente de cada esfera de Poder.

Art. 12 – A investidura no cargo público ocorrerá com a posse.

Art. 13 – São formas de provimento de cargo público:

- I – Nomeação
- II – Promoção
- III – Ascensão
- IV – Transferência
- V – Readaptação
- VI – Reversão
- VII – Reintegração
- VIII – Aproveitamento
- IX – Recondução.

SEÇÃO II

DA NOMEAÇÃO

Art. 14 – A nomeação far-se-á:

- I – Em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado ou de carreira;
- II – Em Comissão, para cargos de confiança, de livre exoneração e que, em virtude de Lei, assim deva ser provido;
- III – Em caráter temporário, por prazo certo, para o Quadro Suplementar de Pessoal do Município.

Único – A nomeação para cargo de carreira ou isolado de provimento efetivo, depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecendo à ordem de classificação e o prazo de sua validade.

SEÇÃO III

DO CONCURSO PÚBLICO

Art. 15 – O Concurso será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em duas etapas, conforme dispuser a Lei e o Regulamento do respectivo plano de carreira.

Art. 16 – O Concurso público terá validade de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

§ 1º - O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização, serão fixados em Edital, que será publicado em órgão oficial e em jornal de grande circulação no Município.

§ 2º - Não se abrirá novo concurso para cargo em que houver candidato aprovado em concurso anterior, com prazo de validade não expirado.

SEÇÃO IV

DA POSSE, DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DO EXERCÍCIO.

Art. 17 – A posse se dará pela assinatura do respectivo termo, no ato da investidura no cargo ou na função gratificada no qual deverá constar a declaração de conhecimento dos direitos e dos deveres assinalados nesta Lei.

§ 1º - Não haverá posse nos casos de promoção e reintegração.]

§ 2º - A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de provimento, prorrogáveis por período igual, a requerimento escrito do interessado.

§ 3º - Em se tratando de servidor em licença, ou afastado por qualquer outro motivo legal, o prazo será contado do término do impedimento.

§ 4º - Só haverá posse se for procedida da publicação do ato de provimento.

§ 5º - No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

§ 6º - Será tornado sem efeito o ato do provimento, se a posse não ocorrer no prazo previsto no parágrafo 2º deste Artigo.

Art. 18 – Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo.

§ 1º - É de 30 (trinta) dias o prazo máximo para o servidor entrar em exercício, contado da assinatura do termo de posse e conseqüente investidura no cargo.

§ 2º - Será exonerado “ex-ofício” o servidor que não entrar em exercício no prazo previsto no parágrafo anterior.

§ 3º - A autoridade competente do órgão ou entidade para onde for designado o servidor, compete-lhe dar exercício.

Art. 19 – O início, a suspensão e o reinício do exercício, serão registrados no assentamento individual do servidor.

Único – Ao entrar em exercício, o servidor apresentará ao órgão de pessoal os elementos necessários às anotações em seu assentamento individual.

Art. 20 – Estágio probatório é o período de 02 (dois) anos de exercício efetivo do servidor nomeado em virtude de concurso.

§ 1º - No período de estágio probatório, apurar-se-ão os seguintes requisitos:

I – Assiduidade

II – Disciplina

III – Aptidão para o desempenho do cargo

IV – Capacidade de iniciativa

V – Produtividade

VI – Responsabilidade

VII – Idoneidade moral.

§ 2º - Sem prejuízo da remessa periódica do boletim de merecimento, o chefe da repartição ou serviço em que esteja lotado o servidor sujeito ao estágio probatório, 04 (quatro) meses antes do término deste, informará por escrito, reservadamente ao órgão de pessoal sobre o servidor, tendo em vista os requisitos enumerados no anterior.

§ 3º - Em seguida, o órgão de pessoal formulará parecer escrito, opinando sobre o merecimento do estagiário, em relação a cada um dos requisitos e concluindo a favor ou contra a confirmação.

§ 4º - Desse parecer, se contrário à confirmação, se dará vista ao estagiário, pelo prazo de 05 (cinco) dias úteis, para apresentação da defesa prévia em igual período de tempo.

§ 5º - Julgando o parecer e a defesa, o órgão jurídico de assessoramento do Prefeito a ele encaminhará conclusivo que, se for aconselhado à exoneração e homologado pelo Chefe do Poder Executivo, este baixará Decreto nesse sentido.

§ 6º - Se os despachos do chefe imediato e do órgão de pessoal forem favoráveis à permanência do servidor, a confirmação não dependerá de qualquer novo ato.

§ 7º - A apuração dos requisitos de que trata este artigo, deverá processar-se de modo a que a exoneração do servidor possa ser feita antes de findo o período de estágio.

§ 8º - O Servidor não aprovado no estágio probatório, no caso de estável, que tenha prestado concurso público para mudança de carreira ou Grupo Ocupacional, será reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.

Art. 21 – A promoção ou ascensão não interrompem o tempo de exercício, que é contado no novo posicionamento na carreira, a partir da data da publicação do ato que promover ou ascender o servidor.

Art. 22 – Será concedido o prazo de 30 (trinta) dias para a entrada em exercício em novo cargo ou nos casos de recondução ou reversão à atividade, sem remuneração, excetuando-se, apenas, os casos de promoção ou ascensão, cuja entrada em exercício é imediata.

Art. 23 – Só tomara posse e entrará em exercício, aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo, por junta médica oficial do Município.

Art. 24 – O ocupante do cargo de provimento efetivo do Quadro de Pessoal Permanente, o ocupante do cargo temporário do Quadro Suplementar de Pessoal, fica sujeito a 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, salvo casos em que a lei estabelecer duração diversa.

Único – Além do cumprimento do estabelecido neste artigo, o exercício de cargo efetivo e provimento em Comissão, exigirá de seu ocupante, integral dedicação ao serviço, podendo o servidor ser convocado, sempre que houver interesse da Administração.

SEÇÃO V

DA ESTABILIDADE

Art. 25 – O Servidor habilitado em concurso público empossado em cargo de provimento efetivo, adquirirá estabilidade no serviço público, ao completar 02 (dois) anos de efetivo exercício.

Art. 26 – O servidor estável só perderá o cargo, em virtude de sentença judicial transitada e julgada ou de processo administrativo disciplinar, na qual seja-lhe assegurada ampla defesa.

SEÇÃO VI

DA TRANSFERÊNCIA E DA REMOÇÃO

Art. 27 – A transferência far-se-á:

I – A pedido do servidor, atendida a conveniência do serviço.

II – “ex-officio”, no interesse da administração.

§ 1º - A transferência a pedido, para cargo de carreira, só poderá ser feita para vaga a ser provida por merecimento.

§ 2º - As transferências para cargo de carreira, não poderão exceder a 1/3 (um terço) dos cargos de cada classe e só poderão ser efetivadas no mês seguinte ao fixado para as promoções.

Art. 28 – Caberá a transferência:

I – De uma para outra carreira de denominação diversa, dentro do mesmo Grupo Ocupacional.

II – De um cargo de carreira para outro isolado, de provimento efetivo, dentro do mesmo Grupo Ocupacional.

III – De um cargo isolado de provimento efetivo para outro da mesma natureza ou de carreira, dentro do mesmo Grupo Ocupacional.

§ 1º - No caso do item II, a transferência só poderá ser feita a pedido do servidor.

§ 2º - A transferência prevista nos itens I e II deste artigo, poderá ser feita “ex-officio”, no interesse da administração e será feita sempre para cargo de igual vencimento ou remuneração, assegurada qualquer diferença que possa existir, ou para cargo de maior vencimento ou remuneração.

Art. 29 – O interstício para a transferência será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias na Classe ou no cargo isolado.

Art. 30 – A remoção a pedido ou “ex-officio”, far-se-á:

I – De uma para outra repartição.

II – de Um para outro órgão da mesma repartição.

SEÇÃO VII

DA READAPTAÇÃO

Art. 31 – A transferência e a remoção por permuta serão processadas a pedido por escrito de ambos os servidores interessados, observado o interesse do serviço e de acordo com o prescrito nesta Seção.

Art. 32 – Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica, pela junta oficial de Saúde do Município.

§ 1º - Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando será aposentado.

§ 2º - A readaptação será efetivada em cargo afim, respeitada a habilitação legal exigida, e assegurada à diferença de vencimento ou remuneração.

§ 3º - Assim como não haverá decesso, a readaptação não acarretará aumento do vencimento ou remuneração.

Art. 33 – Nos processo de readaptação, que podem ser iniciados a requerimentos do interessado ou mediante laudo médico da Junta Oficial de Saúde do Município, deverá ficar comprovado que:

I – A modificação do estado físico ou de saúde do servidor, diminuíram sua eficiência no cargo.

II – O seu estado mental não corresponde à exigência do cargo.

SEÇÃO VIII

DA REVERSÃO

Art. 34 – Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por Junta Médica Oficial do Município, foram declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.

§ 1º - A reversão far-se-á no mesmo cargo resultante de sua transformação.

§ 2º - Encontrando-se provido o cargo, o servidor exercerá suas funções como excedente, até a ocorrência da vaga.

Art. 35 – Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 (setenta) anos de idade.

SEÇÃO IX

DA REINTEGRAÇÃO

Art. 36 – A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão, por decisão administrativa, com ressarcimento de todas as vantagens.

§ 1º - Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o servidor ficará em disponibilidade, observado o disposto nos Artigos 40 e 41 desta Lei.

§ 2º - Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, ou aproveitamento em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.

Art. 37 – O despacho ou reintegração será, sempre, proferido em pedido de reconsideração em recursos, ou em revisão de processo, quando a decisão for administrativa.

Art. 38 – O servidor reintegrado será submetido à inspeção médica e aposentado quando incapaz.

SEÇÃO X

DA RECONDUÇÃO

Art. 39 – Recondução é o retorno do servidor estável, ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:

- I – Inabilitação no estágio probatório relativo a outro cargo;
- II – Reintegração de anterior ocupante.

Único – Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor será aproveitado em outro, observado o disposto no Artigo 40 desta Lei.

SEÇÃO XI

DA DISPONIBILIDADE E DO APROVEITAMENTO

Art. 40 – O retorno à atividade de servidor em disponibilidade, far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

Art. 41 – O órgão de pessoal determinará o imediato aproveitamento de servidor em disponibilidade, em vaga que venha a ocorrer nos órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal.

Art. 42 – Extinguindo-se o cargo, o servidor ficará em disponibilidade, com vencimento ou remuneração, na forma do Art. 40, § 3º da Constituição Federal, até seu obrigatório aproveitamento, conforme disposto no Art. 40 desta Lei.

Art. 43 – Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade, se o servidor entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por Junta Médica do Município.

Art. 44 – O Servidor em disponibilidade poderá ser aposentado, na forma prevista no Capítulo próprio desta Lei, computando-se como exercício, o tempo em que permaneceu em disponibilidade.

CAPÍTULO I

DA VACÂNCIA

Art. 45 – A Vacância do cargo público decorrerá de:

- I – Exoneração
- II – Demissão
- III – Promoção
- IV – Ascensão
- V – Transferência
- VI – Readaptação
- VII – Aposentadoria
- VIII – Posse em outro cargo inacumulável
- IX – Falecimento

Art. 46 – A exoneração de cargo efetivo, dar-se-á a pedido do servidor, ou de ofício.

Único – A exoneração de ofício dar-se-á:

- I – Quando não satisfeitas as condições do estágio probatório.
- II – Quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido.

Art. 47 – A exoneração de cargo de provimento em comissão, dar-se-á:

- I – A juízo da autoridade competente.
- II – A pedido do próprio servidor.

Art. 48 – Os cargos de direção e assessoramento, remunerados por Função Gratificada, tem sua nomeação e exoneração, feita de livre critério do Chefe do Poder Executivo, por proposta dos dirigentes das Secretarias Municipais, resguardado o direito de petição do Servidor.

CAPÍTULO II

DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 49 – Os Servidores investidos em função gratificada e os ocupantes de cargos em comissão, terão substitutos indicados no Regimento Interno ou, no caso de Omissão, designados a critério da autoridade competente.

§ 1º - O Substituto assumirá automaticamente o exercício do cargo ou função gratificada, nos afastamentos e omissão, designados a critério da autoridade competente.

§ 2º - O substituto fará jus à gratificação do cargo ou função, paga na proporção dos dias de efetiva substituição.

§ 3º - O Substituto perderá, durante o tempo da substituição, o vencimento ou remuneração do cargo de que for ocupante efetivo, salvo no caso de função gratificada e opção.

TÍTULO II

DOS DIREITOS E VANTAGENS

CAPÍTULO I

DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 50 – Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em Lei.

Único – Nenhum servidor receberá, a título de vencimento, importância inferior ao salário mínimo.

Art. 51 – Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes, estabelecidas em lei.

§ 1º - A remuneração do servidor investido em função gratificada ou cargo em comissão, será pago na forma prevista em seção própria desta Lei.

§ 2º - O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível.

Art. 52 – É assegurada a isonomia de vencimentos para de atribuições iguais ou assemelhadas, no mesmo Poder ou entre Poderes Municipais.

Único – Exclui-se do teto de remuneração, as vantagens previstas nesta Lei, referentes à gratificação natalina, adicional por tempo de serviço, adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas, adicional pela prestação de serviço extraordinário, adicional noturno e adicional de férias.

Art. 53 – A menor remuneração atribuída aos cargos efetivos de carreira, não será inferior a 1/50 (um cinquenta avos) de teto de remuneração fixado no artigo anterior, de conformidade com o Art. 37, Inciso XI da Constituição Federal.

Art. 54 – O Servidor perderá:

I – A remuneração dos dias em que faltar ao serviço.

II – A parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores a 60 (sessenta) minutos.

Art. 55 – Salvo por imposição legal ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.

Único – Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em

Folha de pagamento, a favor de terceiros, a critério da Administração e com reposição de custos, na forma definida em regulamento.

Art. 56 – As reposições e indenizações ao erário municipal, serão descontadas em parcelas mensais não excedentes à décima parte da remuneração ou provento, em valores atualizados.

Art. 57 – O Servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para quitar o débito.

§ -**Único** – A não quitação do débito no prazo previsto, implicará sua automática inscrição na dívida ativa.

Art. 58 – O Vencimento, a remuneração e o provento, não serão objeto de arresto, seqüestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos, resultante de decisão judicial.

CAPÍTULO II

DAS VANTAGENS

Art. 59 – Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor, as seguintes vantagens :

I – Indenizações

II – Gratificações

III – Adicionais

§ 1º - As indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento, para qualquer efeito.

§ 2º - As gratificações e os adicionais, incorpora-se ao vencimento ou provento, nos casos indicados em Lei.

Art. 60 – As vantagens pecuniárias não serão computadas, nem acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários anteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

SEÇÃO I

DAS INDENIZAÇÕES

Art. 61 – Constituem indenizações ao servidor:

I – Diárias de alimentos ao servidor

II – Transportes

Único – Os valores das indenizações, assim como as condições para sua concessão serão estabelecidas em regulamento.

SUBSEÇÃO I

DAS DIÁRIAS

Art. 62 – O Servidor que se afastar da sede, a serviço, em caráter eventual ou transitório, para outro ponto do território nacional, fará jus a passagens e diárias, para cobrir despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana.

§ 1º - A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida 1/3 (um terço), quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede.

§ 2º - Nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o servidor não fará jus a diárias.

Art. 63 – O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituir integralmente, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de sanções disciplinares e desconto integral nos vencimentos ou remuneração, do valor corrigido da importância recebida.

Único – Na hipótese de o servidor retornar à sede em prazo menor que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, no prazo previsto neste artigo.

Art. 64 – As diárias de alimentação e pousada serão pagas antecipadamente ao afastamento do servidor para fora da sede.

SUBSEÇÃO II

DA INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE

Art. 65 – Conceder-se-á indenização de transporte ao servidor que realize despesas com a utilização de meio próprio de locomoção, para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, conforme se dispuser em regulamento.

SEÇÃO II

DAS GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS

Art. 66 – Além do vencimento e das vantagens previstas nesta Lei, serão deferidas aos servidores as seguintes gratificações adicionais:

I – Gratificação pelo exercício de função de direção de chefia.

II – Gratificação natalina

III – Adicional por tempo de serviço

IV – Adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas.

V – Adicional pela prestação de serviço extraordinário.

VI – Adicional noturno

VII- Adicional de férias

VIII – Gratificação pelo exercício de magistério.

IX – Remuneração por tempo integral e dedicação exclusiva.

SUBSEÇÃO I

DA GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIREÇÃO OU CHEFIA

Art. 67 – Ao servidor investido em função de direção, chefia ou assessoramento, criadas por Lei, devida uma gratificação pelo seu exercício.

§ 1º - Os valores de gratificação de que trata este artigo, serão estabelecidos em Lei.

§ 2º - A gratificação prevista neste Artigo, incorpora-se ao vencimento do servidor efetivo do Quadro de Pessoal Permanente, na proporção de 1/10 (um décimo) por ano de exercício na função de chefia, direção ou assessoramento, até o limite de 10 (dez) décimos.

§ 3º - A remuneração ou vencimento do cargo efetivo, acrescida da gratificação de função e a remuneração do cargo em comissão será à base de cálculo do provento de aposentadoria referidos, na forma do Art. 40 da Constituição Federal.

SUBSEÇÃO II

DA GRATIFICAÇÃO NATALINA

ART. 68 – A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.

Único – A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias, será considerada como mês integral.

Art. 69 – O Servidor exonerado, perceberá sua gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de exercício no ano da exoneração, calculada sobre a remuneração do mês da exoneração.

Art. 70 – A gratificação natalina não será considerada para cálculos de quaisquer vantagens pecuniárias.

SUBSEÇÃO III

DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

Art. 71 – O adicional por tempo de serviço é devida à razão de 1% (um por cento) por ano de serviço público efetivo, incidente sobre o vencimento do cargo ou nível de que trata o Art. 51 desta Lei.

Único – O Servidor fará jus ao adicional, a partir do mês em que completar o anuênio.

SUBSEÇÃO IV

DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE, PERICULOSIDADE OU ATIVIDADES PENOSAS.

Art. 72 – Os servidores que trabalham com habitualidade em locais insalubre ou em contato permanente com substâncias tóxicas radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo.

§ 1º - O Servidor que fizer jus ao adicional de insalubridade e de periculosidade, deverá optar por um deles.

§ 2º - O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade, cessa com a eliminação nas condições ou dos riscos que deram causa à sua concessão.

Art. 73 – Haverá permanente controle de atividade de servidores em operações ou locais considerados penosos, insalubres ou perigosos.

Único – Os servidores gestante ou lactante, será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, das operações em locais previstos neste artigo, exercendo suas atividades em local salubre e em serviço não penoso e não perigoso.

Art. 74 – Na concessão dos adicionais de atividades penosas, da insalubridade e de periculosidade, serão observadas as situações estabelecidas em legislação específica.

Art. 75 – O adicional de atividade penosa será devido aos servidores em exercício em localidade cujas condições, avaliadas por comissão nomeada pelo Executivo Municipal e que, entre seus integrantes, exista obrigatoriamente um médico, o justifiquem, nos termos, condições e limites fixados em regulamento.

Art. 76 – Os locais de trabalho e os servidores que operam com Raios-X ou substâncias radioativas, serão mantidos sob controle permanente, de modo que as doses de radiação ionizante, não ultrapassem o máximo previsto na legislação própria.

Único – Os servidores a que se refere este artigo, serão submetidos a exames médicos a cada 06 (seis) meses.

SUBSEÇÃO V

DO ADICIONAL POR SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO

Art. 77 – O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento), em relação à hora normal de trabalho.

Único – Somente será permitido serviço extraordinário para atender as situações excepcionais, respeitado o limite de 02 (duas) horas de jornada.

SUBSEÇÃO VI

DO ADICIONAL NOTURNO

Art. 78 – O Serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 05 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).

Único - Em se tratando de serviço extraordinário, o acréscimo de que trata este artigo incidirá sobre a remuneração prevista no Art. 77 desta Lei.

SUBSEÇÃO VII

DO ADICIONAL DE FÉRIAS

Art. 79 – Independente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração do período de férias, na conformidade do disposto no Art. 7º, Inc. XVII da Constituição Federal.

§ -**Único** – No caso do servidor exercer função de direção, chefia ou assessoramento ou ocupar cargo em comissão, a respectiva vantagem será considerada no cálculo adicional de que trata este artigo.

SUBSEÇÃO VIII

GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE MAGISTÉRIO

Art. 80 – Pelo exercício do magistério serão atribuídas, sobre o piso salarial as seguintes gratificações;

a) até 40% (quarenta por cento) de aproveitamento, assim considerado, assiduidade, desempenho e produtividade a ser definido por lei no prazo de 60 dias da vigência desta lei;

b) 50% (cinquenta por cento) ao professor com classe especial e ou pré-escolar, com especialização, enquanto em exercício;

c) 5% (cinco por cento) para cada 100 (cem) horas/frequência em curso promovido pelo órgão municipal de Ensino ou por ele indicado;

d) 15% (quinze por cento) para responsável por escola ate 100 alunos;

e) 20% (vinte por cento) para direção de escola de 100 a 300 alunos;

f) 25% (vinte cinco por cento) para direção de escola de 300 a 600 alunos.

g) 30% (trinta por cento) para a direção de escola de mais de 600 alunos.

SUBSEÇÃO IX

DA REMUNERAÇÃO POR TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Art. 81 – Pelo tempo integral e dedicação exclusiva, poderá ser determinada uma gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento do cargo ou nível de que trata o Art. 51, § 1º desta Lei.

CAPÍTULO III

DAS FÉRIAS

Art. 82 – O servidor municipal fará jus a 30 (trinta) dias consecutivos de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de 02 (dois) períodos, no caso em que aja legislação específica.

§ 1º- Para o primeiro período aquisitivo de férias, serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.

§ 2º- É vedado levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.

Art. 83 - O pagamento de remuneração das férias será efetuado antes do início do respectivo período, observando-se o disposto no 1º deste artigo.

Art. 84- O servidor que opera direta e permanentemente com Raios X ou substancias radioativas, gozara 20 (vinte) dias consecutivos de férias, por semestre de atividade profissional, proibida em qualquer hipótese de acumulação.

Único - O servidor referido neste artigo não fará jus ao abono pecuniário de que trata o art. 79 desta lei.

Art. 85 - As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade publica, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por motivo de superior interesse publico.

CAPITULO IV

DAS LICENÇAS

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 86 – Conceder-se-á licença ao servidor:

- I – por motivo de doença em pessoa da família.
- II – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro.
- III – para o serviço militar.
- IV - Para atividade política.
- V - prêmio por assiduidade.
- VI – para tratar de interesses particulares.
- VII – para desempenho de mandato classista.

§ 1 – A licença prevista no inciso I será procedida de exame médico, por junta oficial.

§ 2 - O servidor não poderá permanecer em licença na mesma espécie, por motivo superior a 24 (vinte e quatro) meses, salvo nos casos dos incisos II, III, IV e VII.

§ 3 - É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período de licença prevista no inciso I deste artigo.

Art. 87 – A licença concedida dentro de 60 (sessenta) dias do termino de outra da mesma espécie, será considerada como prorrogação.

Único – As licenças referidas do anterior, exceto a do inciso III, só serão concedidos a servidores efetivos, vedados sua concessão durante o estagio probatório.

SEÇÃO II

DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Art. 88 – Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro (a), padrasto ou madrasta, ascendente, descendente e colateral

consanguíneo ou enfim, até o segundo grau civil, mediante comprovação por junta médica oficial do município.

§ 1º- A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo.

§ 2º- a licença será concedida sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, até 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada por igual período, mediante parecer da junta médica Oficial do município e, excedendo estes prazos, sem remuneração.

SEÇÃO III

DA LICENÇA POR MOTIVO DE AFASTAMENTO DO CÔNJUGE

Art. 89 – Poderá ser concedida licença ao servidor para acompanhar o cônjuge ou companheiro (a), que foi deslocado para outro ponto de território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo fora do município de Conselheiro Mairinck.

§ 1º- A licença será por prazo indeterminado e sem remuneração.

§ 2º- A licença será interrompida, a requerimento do servidor.

SEÇÃO IV

DA LICENÇA PARA SERVIÇO MILITAR

Art. 90- Ao servidor convocado para o serviço Militar será concedida licença, na forma e condições previstas na legislação específica.

Único - Concluído o serviço Militar, o servidor terá até 30 (trinta dias), sem remuneração, para reassumir o exercício do cargo, incorrendo em abandono, após esse tempo.

SEÇÃO V

DA LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA

Art. 91- O servidor terá direito à licença, sem remuneração, durante o período de mediação entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

§ 1º- O servidor candidato a cargo efetivo no município de Conselheiro Mairinck e que exerça cargo de direção, chefia, assessoramento, em comissão, arrecadação ou fiscalização, dele será afastado, a partir do dia imediato ao registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o 15º (décimo quinto) dia seguinte a eleição.

§ 2º- A partir do registro da candidatura até o 15º (décimo quinto) dia seguinte ao do pleito, o servidor fará jus à licença, como em exercício estivesse, com a remuneração integral.

SEÇÃO VI

DA LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE

Art. 92- Após cada quinquênio ininterrupto do exercício, o servidor fará jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo.

§ 1º - Não se concederá licença-prêmio ao servidor que no período aquisitivo:

I- Sofrer penalidade disciplinar de suspensão;

II- Afastar-se do cargo em virtude de:

a) – Licença para retratar de interesses particulares.

b) – Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem remuneração.

c) – Condenação à pena privativa da liberdade, por sentença definitiva.

d) – Licença para acompanhar o cônjuge ou companheiro (a).

§ 2º - As faltas não justificadas ao serviço, retardarão a concessão da licença prevista neste artigo, na proporção de 01 (um) mês para cada falta.

§ 3º - O número de servidores em gozo simultâneo de licença-prêmio não poderá ser superior a 1/3 (um terço) da lotação da respectiva unidade administrativa do órgão ou entidade.

SEÇÃO VII

DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

Art. 93 – A critério da Administração, poderá ser concedida ao servidor estável, licença para o trato de assuntos particulares, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos, sem remuneração.

§ 1º - A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.

§ 2º - Não se concederá nova licença, antes de decorridos 2 (dois) anos do término da anterior.

§ 3º - Em qualquer hipótese, não se concederá licença a servidor, antes de completar 2 (dois) anos de exercício, nem a servidores de Quadro Suplementar.

SEÇÃO VIII

DA LICENÇA PARA DESEMPENHO DE MANDATO CLASSISTA

Art. 94 - É assegurado ao servidor o direito à licença para o desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional ou estadual, sindicato representativo de categoria ou entidade fiscalizadora da profissão, com a remuneração do cargo efetivo, exceto para promoção por merecimento.

§ 1º - Somente poderão ser licenciados, servidores eleitos para cargos de direção ou representação nas referidas entidades, até o máximo de 3 (três) por entidade.

§ 2º - A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada, no caso de reeleição, e por uma única vez.

§ 3º - Se o servidor que solicitar a licença for ocupante de cargo isolado de provimento em comissão, será dele exonerado.

CAPÍTULO V

DOS AFASTAMENTOS

SEÇÃO I

DO AFASTAMENTO PARA SERVIR A OUTRO ÓRGÃO OU ENTIDADE

Art. 95 - O Servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes Municipais, da União, do Estado e de outros Municípios, nas seguintes hipóteses:

I – Para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

II – Em casos previstos em Leis específicas.

§ 1º - Na hipótese do Inciso I deste artigo, não haverá ônus de vencimentos ou remuneração para o Município de Conselheiro Mairinck.

§ 2º - A cessão far-se-á mediante Portaria do Executivo Municipal, publicada no órgão oficial do Município.

SEÇÃO II

DO AFASTAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO

Art. 96 – Ao servidor investido de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

§ 1º – Tratando-se de mandato federal ou estadual, ficará afastado do cargo, sem vencimento ou remuneração.

§ 2º – Se investido em mandato de Vereador no Município de Conselheiro Mairinck, ao servidor aplicam-se as seguintes disposições:

I – Havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, facultando-lhe optar pela sua remuneração, com renúncia expressa da outra.

II – Não havendo compatibilidade de horário, será afastado do cargo, facultando-lhe optar pela sua remuneração, com renúncia expressa da outra.

SEÇÃO II

DO AFASTAMENTO PARA ESTUDO OU MISSÃO NO EXTERIOR

Art. 97 – O Servidor não poderá ausentar-se do País para estudo ou missão oficial, sem autorização do Prefeito Municipal, referendada pela Câmara Municipal.

§ 1º - A ausência não excederá a 04 (quatro) anos, e finda a missão ou estudo, somente decorrido igual período, será permitida nova ausência.

§ 2º - Ao Servidor beneficiado pelo disposto neste Artigo, não será concedida exoneração ou licença para tratar de assuntos particulares, antes de decorrido período igual ao do afastamento, ressalvada a hipótese do ressarcimento da despesa havida com seu afastamento, corrigida cambial e monetariamente.

§ 3º - O Município inscreverá em dívida ativa os haveres decorrentes do disposto no parágrafo anterior.

Art. 98 – O afastamento de servidor para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere, dar-se-á com a perda total da remuneração.

CAPÍTULO VI

DAS CONCESSÕES

Art. 99 - Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

I – Por 01 (um) dia, para doação de sangue.

II – Por 02 (dois) dias para alistar-se como eleitor.

III – Por 08 (oito) dias consecutivos, em razão de:

a) Casamento

b) Falecimento do cônjuge, companheiro (a), pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.

Art. 100 – Será concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do cargo.

Único – Para efeito do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horário na repartição, respeitada a duração semanal do trabalho.

CAPÍTULO VII

DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 101 – É contado para os efeitos o tempo de serviço público federal, estadual ou municipal.

Art. 102 – A apuração do tempo de serviço, será feita, sempre, em dias, que serão convertidos em anos, considerando o ano como de trezentos e sessenta e cinco dias.

Art. 103 – Feita à conversão de que trata o artigo anterior, os dias restantes, até 182 (cento e oitenta e dois), não serão computados, arredondando-se para um ano quando excederem esse número, para efeito de aposentadoria.

Art. 104 – Além das ausências ao serviço, previstas no art.98, são considerados de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

I – Férias.

II – Afastamento previsto no Art. 98 desta Lei.

III – Desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal e Territórios, exceto para promoção por merecimento.

IV – Exercício de cargo ou função de governo ou administração, por nomeação do Presidente da República do Governo do Estado.

V – Participação em programa de treinamento regularmente instituído.

VI – Júri e outros serviços obrigatório por Lei.

VII – Licença:

a) gestante, à adotante e à paternidade.

b) Para tratamento da própria saúde, até 02 (dois) anos.

c) Para o desempenho de mandato classista, exceto para efeito de promoção por merecimento.

d) Por motivo de acidente em serviço ou doença profissional.

e) Prêmio por assiduidade.

f) Convocação em competição desportiva estadual ou nacional ou convocação para integrar representação desportiva estadual ou nacional no País ou exterior, conforme disposto em Lei específica.

Art. 105 – Contar-se-á apenas para efeito de aposentadoria ou disponibilidade:

I – O tempo de serviço comprovadamente prestado, com relação de emprego, na iniciativa pública ou privada.

II – A licença para tratamento de saúde de pessoal da família, com remuneração.

III – A licença para atividade política, no caso do art.90, § 2º desta Lei.

IV – O tempo de serviço relativo a tiro de guerra.

V – O tempo correspondente ao desempenho de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, anterior ao ingresso no serviço público municipal.

VI – O tempo de serviço em atividade privada, vinculada à Previdência Social.

§ 1º - O tempo em que o servidor esteve aposentado, quando reverter à atividade, será contado apenas para nova aposentadoria.

§ 2º - Será contado em dobro o tempo de serviço prestado às Forças Armadas em operação de guerra.

§ 3º - É vedada a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo ou função, de órgão ou entidades dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal, Municípios, autarquias, fundações públicas, sociedade de economia mista e empresa pública.

CAPÍTULO VIII

DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 106 – É assegurado ao servidor o direito de requerer aos Poderes Públicos, em defesa de direito ou interesse legítimo.

Art. 107 – O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e encaminhado por intermédio daquela a que estiver subordinado diretamente o requerente e, em se tratando de qualquer dispositivo desta Lei, via órgão central de pessoal.

Art. 108 – Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

Único – O requerimento e o pedido de reconsideração de que tratam os artigos anteriores, deverão ser despachados no prazo de 05 (cinco) dias e decididos dentro de 30 (trinta) dias.

Art. 109 – Caberá recurso:

I – Do indeferimento do pedido de reconsideração.

II – Das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.

§ 1º - O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o Ato ou proferido a decisão e sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades.

§ 2º - O recurso será encaminhado por intermédio da autoridade a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 110 – O prazo para interposição do pedido de reconsideração ou de recurso, é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado da decisão recorrida.

Art. 111 – O recurso poderá ser recebido com efeito suspensivo, a juízo da autoridade competente.

Art. 112 – O direito de requerer prescreve:

I – Em 05 (cinco) anos, quanto aos atos de demissão, de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e crédito, resultantes das relações de trabalho.

II – Em 120 (cento e vinte) dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em Lei.

Único – O prazo de prescrição será contado da data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado, se o ato não for publicado.

Art. 113 – O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.

Art. 114 – A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela Administração.

Art. 115 - Para o exercício do direito de petição é assegurada à vista do processo ou documento, na repartição, ao servidor ou a procurador por ele constituído.

Art. 116 – A administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando este ter sido ilegal.

Art. 117 – São fatais e improrrogáveis os prazos estabelecidos neste Capítulo, salvo motivo de força maior.

TÍTULO IV

DO REGIME DISCIPLINAR

DOS DEVERES

Art. 118 – São deveres do servidor:

I – Exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo.

II – Ser leal às instituições a que servir.

III – Observar as normas legais e regulamentares.

IV – Cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais.

V – Atender com presteza:

a) Ao público em geral, respeitando as informações requeridas, ressalvas as protegidas por sigilo.

b) À expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal..

c) Às requisições para a defesa da Fazenda.

VI – Levar ao conhecimento da autoridade superior, as irregularidades que tiver ciência em razão do cargo.

VII – Zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

VIII - Guardar sigilo sobre assunto da repartição.

IX – Manter conduta compatível com a moralidade administrativa.

X – Ser assíduo e pontual ao serviço.

XI – Tratar com urbanidade, as pessoas.

XII – Representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.

§- **Único** – A representação de que trata o Inciso XII, será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela conta a qual é formulada, assegurando-se ampla defesa.

CAPÍTULO II

DAS PROIBIÇÕES

Art. 119 – Ao servidor é proibido:

I – Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.

II – Retirar sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição.

III – Recusar fé a documentos públicos.

IV – Opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço.

V – Promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição.

VI – Cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em Lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado.

VII – Coagir ou aliciar subordinado no sentido de filiação à associação profissional ou sindical, ou a partido político.

VIII – Manter, sob sua chefia, imediata, cônjuge, companheiro (a), ou parente, até o segundo grau civil.

IX – Valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública.

X – Atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas municipais, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes, até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro (a).

XI – Receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições.

XII – Aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro.

XIII – Praticar usura, sob qualquer de suas formas.

XIV – Proceder de forma desidiosa.

XV – Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição, em serviços atividades particulares.

XVI – Cometer a outro servidor, atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência ou transitórias.

XVII – Exercer quaisquer atividades que seja incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.

CAPÍTULO III

DA ACUMULAÇÃO

Art. 120 – Ressalvados os casos previstos na Lei Orgânica do Município e na Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.

§ 1º - A proibição de acumular entende-se a cargos, empregos e funções, em autarquias e fundações públicas, municipais ou sociedades de economia mista.

§ 2º - A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação de compatibilidade de horários.

Art. 121 – O servidor não poderá exercer mais de um cargo em comissão, nem ser remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva.

Art. 122 – O servidor vinculado ao regime desta Lei, e que acumular licitamente 02 (dois) cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos.

Art. 123 – Os cargos acumuláveis, dispostos pela Constituição e pela Lei Orgânica do Município de Conselheiro Mairinck são:

I – de dois cargos para professor

II – de um cargo de professor e outro técnico ou científico.

III – de dois cargos privativo de médico.

CAPÍTULO IV

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 124 – A responsabilidade civil decorre de ato permissivo ou omissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo do erário ou a terceiros.

§ 1º - A indenização de prejuízo dolosamente causado ao erário, somente será liquidada na forma prevista no Art. 56 desta Lei, na falta de outros bens que assegurem a execução do débito pela via judicial.

§ 2º - O servidor responde civil, penal e administrativamente, pelo exercício irregular de suas atribuições.

§ 3º – Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor à Fazenda Pública Municipal, em ação regressiva.

§ 4º - A obrigação de reparar o dano, entende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

Art. 125 – A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputados ao servidor, nessa qualidade.

Art. 126 – A responsabilidade civil-administrativa, resulta de ato omissivo ou comissivo, praticado no desempenho do cargo ou função.

Art. 127 – As sanções civis, penais e administrativas, poderão acumular-se, sendo independente entre si.

Art. 128 – A responsabilidade administrativa do servidor será afastada, no caso de absolvição criminal, que negue a existência do fato ou na autoria.

CAPÍTULO V

DAS PENALIDADES

Art. 129 – São penalidades disciplinares:

I – advertência

II – suspensão

III – demissão

IV – cassação de aposentadoria ou disponibilidade

V – destituição de cargo em comissão

VI – destituição de função gratificada.

Art. 130 – Na aplicação das penalidades, serão consideradas a natureza e a gravidade na infração cometida, os danos dela decorrentes para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

Art. 131 – A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do Art. 119, inciso I e VIII desta Lei e de inobservância de dever funcional, previstos em Lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Art. 132 - A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação dos demais preceitos proibitivos que não tipifiquem infração sujeita à penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 (noventa) dias.

§ 1º - Será punido com suspensão de 15 (quinze) dias, o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido à inspeção médica, determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade, uma vez cumprida a determinação.

§ 2º - Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão, poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

Art. 133 – As penalidades de advertência e de suspensão, terão seus registros cancelados após decurso 03 (três) e 05 (cinco) anos, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Único – O cancelamento da penalidade não surtirá efeito retroativo, para revisão de atos ou decisões administrativas baseadas nelas.

Art. 134 – A demissão será aplicada nos seguintes casos :

- I – Crime contra a administração pública
- II – Abandono de cargo
- III – Inassuidade habitual
- IV – Improbidade administrativa
- V – Incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição.
- VI – Insubordinação grave, no serviço.
- VII – Ofensa física, em serviço, a servidor ou particular, salvo em legítima defesa, própria ou de outrem.
- VIII – Aplicação irregular do dinheiro público.
- IX – Revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo.
- X – Lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio Municipal.
- XI – Corrupção.
- XII – Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas.
- XIII – Transgressão dos incisos IX e XVI, do Art. 119, desta Lei.

Art. 135 – Verificada em processo disciplinar, a acumulação proibida, aprovada a boa-fé, o servidor optará por um dos cargos.

Único – Provada a má fé, perderá também o cargo que exercia há mais tempo e restituirá o que tiver percebido indevidamente.

Art. 136 – A destituição do cargo em comissão, exercida por não ocupante de cargo de efetivo, será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e demissão.

Art. 137 – Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão, e só posteriormente descoberta.

Art. 138 – A demissão ou destituição de cargo em comissão, nos casos dos Incisos IV, VIII, X e XI do Art. 134, implica a disponibilidade dos bens, pela via judicial e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 1º - A demissão ou destituição do cargo em comissão, por infringência do Art. 119, incisos IX e XI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público Municipal, pelo prazo de 05 (cinco) anos.

§ 2º - Não poderá retornar ao serviço público municipal, o servidor demitido ou destituído de cargo em comissão, por infringência do Art. 134, inciso I, IV, VIII, X e XI desta lei.

§ 3º - Constatada a hipótese de que trata o artigo anterior, a exoneração efetuada nos termos do Art. 47, será convertida em destituição de cargo em comissão.

Art. 139 – Configura abandono de cargo, a ausência intencional do servidor ao serviço, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

Art. 140 – Entende-se por inassuidade habitual, a falta ao serviço, sem causa justificada, por 60 (sessenta) dias, interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses.

Art. 141 – O ato de imposição de penalidade, mencionará, sempre, o fundamento legal e a causa da ação disciplinar.

Art. 142 – As penalidades disciplinares serão aplicadas:

I – Pelo Prefeito Municipal, quando se tratar de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade, de suspensão por período superior a 30 (trinta) dias, de destituição de função gratificada ou cargo em comissão.

II – Pelo Secretário Municipal, de servidor vinculado ao respectivo órgão, nas penas de suspensão por período de 10 (dez) a 30 (trinta) dias.

III – Pelo Diretor de Departamento, de servidor vinculado ao respectivo órgão, nas penas de suspensão de até 10 (dez) dias, e de advertência.

Art. 143 – A ação disciplinar prescreverá:

I – Em 05 (cinco) anos, quando as infrações puníveis com demissão, cassação da aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão ou de função.

II – Em 02 (dois) anos, quanto à suspensão.

III – Em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.

Art. 144 – O prazo de prescrição começa a correr da data em que se tornou conhecido.

§ 1º - Os prazos de prescrição previsto na Lei penal, aplica-se às infrações disciplinares, capituladas também como crime.

§ 2º - A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar, interrompe a prescrição, até a decisão final, proferida pela autoridade competente.

§ 3º - Interrompido o curso da prescrição, o prazo começara a correr, a partir do dia que cessar a interrupção

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 145 – A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público, é obrigada a promover a sua irregularidade imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado, ampla defesa.

Art. 146 – As denúncias sobre irregularidades serão objetos de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, assinadas e confirmada a autenticidade por notório público.

§ 1º - Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícita penal, a denúncia será arquivada, por falta de objeto.

§ 2º - Em qualquer dos casos, será dado ciência ao denunciante.

Art. 147 – Da sindicância, poderá resultar:

I – Arquivamento do processo, por insubsistência.

II – Aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 dias.

III – Instauração de processo disciplinar.

Único – O prazo para conclusão da sindicância, não excederá a 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade instauradora.

Art. 148 – Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração disciplinar, subsidiado pelos documentos levantados pela sindicância.

CAPÍTULO II

DO AFASTAMENTO PREVENTIVO

Art. 149 – Como medida cautelar e a fim de que o serviço não venha a influir na apuração de irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar, poderá determinar o afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo do vencimento ou remuneração.

Único – O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual, cessarão seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 150 – O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontra investido.

Art. 151 – O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de 03 (três) servidores estáveis ou ocupantes de cargos de provimento em comissão, designado pelo Prefeito Municipal, que indicará, dentre eles, o seu Presidente.

§ 1º - A comissão terá como secretário, o servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros.

§ 2º - Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro (a) ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau.

Art. 152 – A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 153 – O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I – Instauração, com a publicação do ato que constitui a comissão.

II – Julgamento, pela autoridade instauradora.

Art. 154 – O prazo para conclusão do processo disciplinar, não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constitui a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 1º - Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até entrega do relatório final.

§ 2º - As reuniões da comissão serão registradas em atas, que deverão detalhar as deliberações adotadas.

SEÇÃO I

DO INQUÉRITO

Art. 155 – O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado, ampla defesa, com utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 156 – Os autos da sindicância, integrarão o processo disciplinar. Como peça informativa da instrução.

Único – Na hipótese do relatório da sindicância concluir a infração, está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente, encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

Art. 157 – Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Art. 158 – É assegurado ao servidor público o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§ 1º - O presente da comissão poderá denegar períodos considerados impertinente, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 2º - Será indeferido o pedido de prova pericial quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.

Art. 159 – As testemunhas serão intimadas a depor, mediante mandato expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o cliente do interessado, ser anexo aos autos.

Único – Se a testemunha for servidor municipal, o mandato será a ele diretamente comunicado, com a ciência a seu chefe imediato, e se o servidor de outra esfera do Poder Público ou de empresa privada, será citado através da direção do órgão a que tiver subordinação ou de seu empregador, com indicação do dia e da hora marcados para inquirição.

Art. 160 – O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§ 1º - As testemunhas serão inquiridas separadamente.

§ 2º - Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

Art. 161 – Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado, observado os procedimentos previstos nos artigos 159 e 160 desta Lei.

§ 1º - No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente e sempre que divergirem em suas declarações, sobre fatos circunstanciais, será promovida a acareação entre eles.

§ 2º - O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-lhe porém, reinquirí-las, por intermédio do presidente da comissão.

Art. 162 – Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente, que seja ele submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe, pelo menos, um médico psiquiatra, ou que a junta solicite parecer de profissional da área.

Art. 163 – Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicação do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

§ 1º - O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão, para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo, na repartição.

§ 2º - Havendo dois mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte) dias.

§ 3º - O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, para diligências reputadas indispensáveis.

§ 4º - No caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada em termo próprio, pelo membro da comissão que fez a citação, com a assinatura de 02 (duas) testemunhas.

Art. 164 – Achando-se o indiciado em local incerto e não sabido, será citado por edital, publicado em órgão oficial e em jornal de grande circulação, para apresentar defesa.

Art. 165 – Considerar-se-á revel, o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 1º - A revelia será declarada por termo, nos autos do processo e devolverá o prazo para defesa.

§ 2º - Para defender o indiciado revel, a autoridade instauradora do processo, designará um servidor, como defensor dativo, ocupante do cargo de nível igual ou superior ao indiciado.

Art. 166 – Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou, para formar a sua convicção.

§ 1º - O relatório será sempre conclusivo quanto à responsabilidade ou a inocência do servidor.

§ 2º - Reconhecida à responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Art. 167 – O processo disciplinar, como relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou sua instauração, para julgamento.

SEÇÃO II

DO JULGAMENTO

Art. 168 – No prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

Único – Se a penalidade prevista for à demissão, cassação da aposentadoria ou disponibilidade, o indiciado será submetido, obrigatoriamente, a exame de aptidão de saúde para o serviço público, e se não comparecer a Junta Oficial de Saúde Municipal, esta o declarará em seu lado.

Art. 169 – Quando o relatório da comissão contrariar a prova dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.

Art. 170 – Verificada a existência de vício insanável, a autoridade julgadora declarará a nulidade total ou parcial do processo, e ordenará a constituição de outra comissão, para instauração de novo processo.

§ 1º - O julgamento fora do prazo legal não implica em nulidade do processo.

§ 2º - A abertura de novo processo interrompe os prazos prescricionais.

Art. 171 – Extinta a punibilidade, pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

Art. 172 – Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público, para instauração de ação penal, ficando translado na repartição.

Art. 173 – O servidor que responder a processo disciplinar, só poderá ser exonerado a pedido ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade imposta, se esta não for de demissão.

Único – Ocorrida à exoneração de que trata o parágrafo único, Inciso I do Artigo 45 desta lei, o ato será convertido em demissão, se for o caso.

Art. 174 – Serão assegurado transporte e diárias aos membros da comissão e secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede aos trabalhos, para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

SEÇÃO III

DA REVISÃO DO PROCESSO

Art. 175 – O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º - Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§ 2º - No caso de incapacidade mental do servidor, a revisão será requerida pelo curador.

Art. 176 – No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

Art. 177 – A simples alegação de injustiça da penalidade, não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

Art. 178 – O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Prefeito Municipal que, se autorizar à revisão, após audiência da Assessoria Jurídica, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará a pedido à nova comissão, que constituirá, na forma do Art. 151 desta Lei.

Art. 179 – A revisão correrá em apenso ao processo originário ou seu traslado.

Único – Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de prova e inquirição de testemunhas que arrolar.

Art. 180 – A comissão revisora terá 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.

Art. 181 – Aplica-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios do processo disciplinar.

Art. 182 – O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade.

Único – O prazo para julgamento será de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo, no curso do qual, a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

Art. 183 – Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do servidor, exceto em relação à destituição de cargo em comissão, que será convertida em exoneração.

Único – Da revisão do processo, não poderá resultar agravamento da penalidade.

TÍTULO VI

DA SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 184 – O município de Conselheiro Mairinck manterá o Plano de Seguridade Social para o servidor e sua família, e compreende um conjunto de benefícios e ações que atendam às seguintes finalidades:

I – Garantir meios de subsistência nos eventos de doença, invalidez, velhice, acidente em serviço, inatividade, falecimento e reclusão.

II – Proteção à maternidade, à adoção e à paternidade.

Único – Os benefícios serão concedidos nos termos e condições definidos nesta Lei e em regulamentos posteriores, que vierem a ser baixados.

Art. 185 – Os benefícios do Plano de Seguridade Social do servidor, compreende:

I – Quanto ao servidor

- a) Aposentadoria
- b) Auxílio-natalidade
- c) Salário-família
- d) Licença para tratamento de saúde
- e) Licença à gestante, à adotante e paternidade
- f) Licença por acidente em serviço
- g) Assistência à saúde

h) Garantia de condições individuais e ambientais satisfatórias de trabalho

II – Quanto ao dependente:

- a) Pensão vitalícia e temporária
- b) Auxílio funeral
- c) Auxílio reclusão
- d) Assistência à saúde

Único – O recebimento indevido de benefícios havidos por fraude, dolo ou má-fé, implicará devolução ao erário municipal, do total auferido, sem prejuízo da ação penal cabível.

CAPÍTULO II

DOS BENEFÍCIOS

SEÇÃO I

DA APOSENTADORIA

Art. 186 – O servidor será aposentado:

I – Por invalidez permanente, sendo os proventos integrais, quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, específica em Lei, e proporcional, nos demais casos.

II – Compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

III – Voluntariamente:

- a) Aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem e aos 30 (trinta) se mulher.
- b) Aos 30 (trinta) anos de efetivo exercício em função de magistério, se professor, e 25 (vinte e cinco) se professora, com proventos integrais.
- c) Aos 30 (trinta) anos de serviço, se homem, e aos 25 (vinte e cinco) se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.
- d) Aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e aos 60 (sessenta) se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1º - Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o Inciso I deste Artigo, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, paralisia irreversível e incapacidade, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado de mal de Paget (osteíte deformate), síndrome de imunodeficiência adquirida (AIDS) e outras que a lei indicar, com base na medicina especializada.

§ 2º - Nos casos de exercício de atividades consideradas insalubres ou perigosas, a aposentadoria de que trata o inciso III, letras “a” e “c”, observará o disposto em lei específica.

Art. 187 – A aposentadoria compulsória será automática e declarada por ato, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade limite de permanência no serviço ativo.

Art. 188 – A aposentadoria voluntária ou por invalidez, vigorará a partir da publicação do respectivo ato.

§ 1º - A aposentadoria por invalidez, será precedida de licença para tratamento da própria saúde, por período não excedente a 24 (vinte e quatro) meses.

§ 2º - Expirado do prazo de licença e não estando em condições de reassumir o cargo ou ser readaptado, o servidor será aposentado.

§ 3º - O lapso de tempo compreendido entre o término da licença e a publicação do ato da aposentadoria, será considerado como de prorrogação da licença.

Art. 189 – O provento da aposentadoria será calculado sobre o último vencimento ou remuneração recebido na atividade, acrescido das vantagens fixas ou incorporadas, previstas no Artigo 51, até o limite fixado no Artigo 52, § único desta Lei, e revisto na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Único – São extensivos aos inativos, quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Art. 190 – O servidor aposentado com provento proporcional ao tempo de serviço, se acometido de qualquer das moléstias específicas no Art. 186, § 1º, passará a perceber provento integral, devendo a alteração, juntamente com o laudo de junta médica oficial probatório, voltar à apreciação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 191 – Quando proporcional ao tempo de serviço, o provento não será inferior a 1/3 (um terço) da remuneração da atividade.

Art. 192 – Ao servidor aposentado, será paga a gratificação natalina, em valor equivalente ao respectivo provento, deduzidos quaisquer adiantamentos concedidos.

Art. 193 – Ao ex-combatente, que tenha efetivamente participado de operações bélicas, durante a segunda guerra mundial, nos termos da Lei Federal 5.315 de 12 de setembro de 1967, será concedida aposentadoria com provento integral, aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço efetivo, computando-se, para todos os fins, o tempo de serviço militar e em dobro, para fins de aposentadoria, o período em que participou de operação bélica, mediante certidão do respectivo Ministério Militar.

SEÇÃO II

DO AUXÍLIO NATALIDADE

Art. 194 – O Auxílio natalidade é devido à servidora, por motivo de nascimento de filho, em quantia equivalente 50% (cinquenta por cento) do menor piso salarial atribuído ao servidor público municipal, inclusive de natimorto.

Art. 195 – O valor de que trata o artigo anterior, será acrescido de mais 2/3 (dois terços) por nascituro ou natimorto, em virtude de parto múltiplo.

Art. 196 – O auxílio será pago ao cônjuge ou companheiro do servidor público municipal, quando a parturiente não for servidora.

SEÇÃO III

DO SALÁRIO FAMÍLIA

Art. 197 – O salário-família é devido ao servidor ativo ou inativo, por dependente econômico.

Único – Consideram-se dependentes econômicos, para efeito de percepção de salário família:

I – O cônjuge ou companheiro (a), que não exerçam atividades remuneradas e os filhos, inclusive os enteados, até 21 (vinte e um) anos de idade ou, se estudante, até 24 (vinte e quatro) anos de idade, ou, se inválido, de qualquer idade.

II – O menor de 21 (vinte e um) anos que, mediante autorização judicial viver na companhia e às expensas do servidor ou do inativo.

III – A mãe e o pai, sem economia própria.

Art. 198 – Não se configura a dependência econômica, quando o beneficiário do salário família perceber rendimento do trabalho ou de qualquer outra fonte, inclusive pensão ou provento de aposentadoria, em valor igual ou superior ao salário mínimo.

Art. 199 – Quando o pai e mãe foram servidores públicos municipais e viverem em comum, o salário família será pago apenas a um deles, quando separados, será pago a um e a outro, de acordo com a distribuição dos dependentes sob sua guarda.

Art. 200 – O salário família não está sujeito a nenhum tributo, nem servirá de base para qualquer contribuição, inclusive para a Seguridade Social Municipal.

Art. 201 – Os períodos de afastamentos do cargo, sem remuneração, não acarretam a suspensão do pagamento do salário família.

Art. 202 – O salário família será equivalente a 5% (cinco por cento) do salário mínimo municipal.

SEÇÃO IV

DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 203 – Será concedido ao servidor, licença para tratamento da própria saúde, a pedido ou de ofício, com base em perícia de Junta Médica Oficial, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus.

§ 1º - Para licença de 30 (trinta) dias, a inspeção poderá ser feita por médico particular e, se por prazo superior, pela Junta Médica Oficial do Município, composta de 03 (três) médicos.

§ 2º - Sempre que necessário, a inspeção médica será realizada na residência do servidor ou no estabelecimento hospitalar, onde se encontrar internado.

§ 3º - Inexistindo médico do Quadro de Pessoal Permanente da Prefeitura Municipal de Conselheiro Mairinck, onde se encontra o servidor, ou se for em local distante e fora da Região Metropolitana de Curitiba, será aceito atestado passado por médico particular.

§ 4º - No caso do parágrafo anterior, o atestado só produzirá efeitos, depois de homologado pela Junta Médica Oficial.

Art. 204 – Findo o prazo de licença, o servidor será submetido à nova inspeção médica, que concluirá pela volta ao serviço, pela prorrogação da licença ou pela aposentadoria.

Art. 205 – O atestado e o laudo da Junta Médica não se referirão ao nome ou natureza da doença, salvo quando se tratar de lesões produzidas por acidente em serviço, doença profissional ou qualquer das doenças especificadas no Artigo 186, § 1º desta Lei.

Art. 206 – O servidor que apresentar indícios de lesões orgânicas ou funcionais, será submetido a inspeção médica.

SEÇÃO V

DA LICENÇA À GESTANTE, À ADOTANTE E DA LICENÇA PATERNIDADE

Art. 207 – Será concedida licença à servidora gestante, por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.

§ 1º - A licença poderá ter início no primeiro dia do nono mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica.

§ 2º - No caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto.

§ 3º - No caso de natimorto, decorridos 30 (trinta) dias do evento, a servidora será submetida a exame médico e se, julgada apta, reassumirá o exercício do cargo.

§ 4º - No caso de aborto, atestado por médico oficial, a servidora terá direito a 30 (trinta) dias de repouso remunerado, desde que o aborto não tenha sido provocado.

Art. 208 – Pelo nascimento ou adoção de filhos, o servidor terá direito à licença-paternidade, de 05 (cinco) dias consecutivos.

Art. 209 – Para amamentar o próprio filho, até a idade de 10 (dez) meses, a servidora lactante terá direito, durante a jornada de trabalho, a 01 (uma) hora de descanso, que poderá ser parcelada em 02 (dois) períodos de meia hora.

Art. 210 – A servidora que adotar ou obtiver a guarda judicial de criança até 1 (um) ano de idade, serão concedidos 90 (noventa) dias de licença remunerada.

Único – No caso de adoção ou guarda judicial de criança com mais de 01 (um) ano de idade, o prazo de que trata este artigo será de 30 (trinta) dias.

SEÇÃO VI

DA LICENÇA POR ACIDENTE EM SERVIÇO

Art. 211 – Será licenciado, com remuneração integral, o servidor acidentado em serviço.

Art. 212 – Configura acidente de serviço, o dano físico mental ou sofrido pelo servidor, que se relacione, imediata ou imediatamente, com as atribuições do cargo exercido.

Único – Equipara-se ao acidente em serviço o dano:

I – Decorrente de agressão sofrida e não provocada pelo servidor, no exercício do cargo.

II – Sofrido no percurso da residência para o trabalho, e vice-versa.

Art. 213 – O servidor acidentado em serviço que necessite de tratamento especializado, poderá ser tratado em instituição privada, à conta de recursos públicos.

Único – O tratamento recomendado por Junta Médica Oficial, constitui media de exceção e somente será admissível quando inexisterem meios e recursos adequados em instituição pública.

Art. 214 – A prova do acidente será feita no prazo de 10 (dez) dias, prorrogável, quando as circunstâncias exigirem.

SEÇÃO VII

DA PENSÃO

Art. 215 – Por morte do servidor, os dependentes fazem jus a uma pensão mensal, de valor correspondente ao da respectiva remuneração ou provento, a partir da data do óbito.

Art. 216 – As pensões distinguem-se, quanto à natureza, em vitalícias e temporárias.

§ 1º - A pensão vitalícia é composta de cotas ou cotas permanentes, que somente se extinguem ou reverterem com a morte de seus beneficiários.

§ 2º - A pensão temporária é composta de cotas ou cotas que podem se extinguir ou reverter por motivo de morte, cessação de invalidez ou maioridade do beneficiário.

Art. 217 – São beneficiários das pensões:

I – Vitalícia:

- a) O cônjuge
- b) A pessoa desquitada, separada, judicialmente ou divorciada, com percepção de pensão alimentícia.
- c) O companheiro ou companheira, designado nos assentamentos individuais do servidor e que comprove união estável como entidade família, e dependência econômica do servidor.
- d) A mãe e o pai, que comprovem dependência econômica do servidor.

II – Temporária:

- a) Os filhos ou enteados, até 21 (vinte e um) anos de idade ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez.
- b) O menor, sob guarda ou tutela, até 21 (vinte e um) anos de idade.
- c) O irmãos órfão, até 21 (vinte e um) anos ou o inválido, enquanto durar a invalidez, que comprovem a dependência econômica do servidor.
- d) A pessoa designada, que viva na dependência econômica do servidor, até 21 (vinte e um) anos ou, se inválida, enquanto durar a invalidez, desde que constem dos assentamentos individuais do servidor.

§ 1º - A concessão de pensão vitalícia aos beneficiários de que tratam as alíneas “a” e “c” do Inciso I deste artigo, exclui desse direito os demais beneficiários referidos nas alíneas “d” e “e”.

§ 2º - A concessão da pensão temporária aos beneficiários de que tratam as alíneas “a” e “b” do inciso II deste artigo, exclui desse direito os demais beneficiários referidos nas alíneas “c” e “d”.

Art. 218 – A pensão será concedida integralmente ao titular da pensão vitalícia, exceto se existirem beneficiários da pensão temporária.

§ 1º - Ocorrendo habilitação de vários titulares, referidos nas alíneas “a” “b” e “c” do inciso I do artigo anterior, o seu valor será distribuído em partes iguais, entre os que se habilitarem.

§ 2º - Ocorrendo habilitação às pensões vitalícia e temporária, metade do valor caberá ao título ou titulares da pensão vitalícia, sendo a outra metade rateada, em partes iguais, entre os titulares da pensão temporária.

§ 3º - Ocorrendo habilitação somente à pensão temporária o valor integral da pensão será rateado, em partes iguais, entre os que se habilitarem.

Art. 219 – A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, prescrevendo, tão somente, as prestações exigíveis há mais de 05 (cinco) anos.

Único – Concedida a pensão, qualquer prova posterior ou habilitação tardia, que implique exclusão de beneficiário ou redução de pensão, só produzirá efeitos a partir da data em que for oferecida.

Art. 220 – Não faz jus à pensão, o beneficiário condenado pela prática de crime doloso, que tenha resultado a morte do servidor.

Art. 221 – Será concedida pensão provisória, por morte presumida, do servidor, nos seguintes casos:

I – Declaração de ausência, pela autoridade judiciária competente.

II – Desaparecimento em desabamento, inundação, incêndio ou acidente não caracterizado como de serviço.

III – Desaparecimento no empenho das atribuições do cargo ou em missão de segurança.

Único – A pensão provisória será transformada em vitalícia ou temporária, conforme o caso, decorridos 05 (cinco) anos de sua vigência, ressalvado o eventual reaparecimento do servidor, hipótese em que o benefício será automaticamente cancelado.

Art. 222 – Acarreta perda da qualidade de beneficiário:

- I – O seu falecimento
- II – A anulação do casamento, quando a decisão correr após a concessão da pensão do cônjuge.
- III – A cassação da invalidez, em se tratando de beneficiário inválido.
- IV – A maioridade de filho, irmão órfão, ou pessoa designada, aos 21 (vinte e um) anos de idade.
- V – A acumulação de pensão, na forma do Artigo 225.
- VI – A renúncia expressa.
- VII – Ao contrair núpcias ou, com companheiro, estabelecer novo núcleo familiar, em união estável.

Art. 223 – Por morte ou perda da qualidade de beneficiário, a respectiva cota reverterá:

- I – Da pensão vitalícia para os remanescentes dessa pensão ou para os titulares da pensão temporária, se não houver pensionista remanescente da pensão vitalícia.

Art. 224 – As pensões serão automaticamente atualizadas na mesma data e na mesma proporção dos reajustes dos vencimentos dos servidores, aplicando-se o disposto no Artigo 190 e seu parágrafo único desta Lei.

Art. 225 – Ressalvando o direito de opção, é vedada a percepção cumulativa de mais de duas pensões.

SEÇÃO VIII

DO AUXÍLIO FUNERAL

Art. 226 – O auxílio funeral é devido à família do servidor falecido, na atividade ou aposentado, em valor equivalente a um mês de remuneração ou provento.

§ 1º - No caso de acumulação legal de cargos, o auxílio será pago somente em razão do cargo de maior remuneração.

§ 2º - O auxílio será pago no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, por meio de procedimento sumaríssimo, à pessoa da família que houver custeado o funeral.

Art. 227 - Se o funeral for custeado por terceiros, este será indenizado, observado o disposto no artigo anterior.

Art. 228 – Em caso de falecimento de servidor em serviço, fora do local de trabalho, inclusive no exterior, as despesas de traslado do corpo, correrão à conta de recursos municipais.

SEÇÃO IX

DO AUXÍLIO RECLUSÃO

Art. 229 – A família do servidor ativo é devido o auxílio reclusão, nos seguintes valores:

I – 2/3 (Dois terços) da remuneração, quando afastado por motivo de prisão em flagrante, ou preventiva, determinada pela autoridade competente, enquanto perdurar a prisão.

II – Metade da remuneração, durante o afastamento, em virtude de condenação, por sentença definitiva, a pena que não determine a perda do cargo.

§ 1º - Nos casos previstos no Inciso I deste artigo, o servidor terá direito à integralização da remuneração, desde que absolvido.

§ 2º - O pagamento do auxílio reclusão cessará a partir do dia imediato àquele em que o servidor for posto em liberdade, ainda que condicional, ou for comunicada sua evasão de estabelecimento penal.

CAPÍTULO III

DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Art. 230 – A assistência à saúde do servidor, ativo ou inativo, e de sua família, compreende Assistência médica, hospital, odontologia, psicologia e farmacêutica, prestada pelos órgãos da Secretaria Municipal de Saúde de Conselheiro Mairinck ou convênios que venha a realizar, na forma estabelecida em regulamento.

CAPÍTULO IV

DO CUSTEIO

Art. 231 – O plano de seguridade social do Funcionalismo do Município de Conselheiro Mairinck, será custeado com o produto da arrecadação de contribuições sociais obrigatórias, dos servidores públicos municipais.

Único – A contribuição do servidor, diferenciada em função da remuneração mensal, será igual a que hoje é procedida com relação do Instituto Nacional de Seguridade Social, do Governo Federal, até que o Poder Executivo Municipal baixe regulamento, fixando novos índices, que não poderão ser superiores àqueles.

TÍTULO VII

DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

Art. 232 – Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, poderão ser efetuadas contratação de pessoal, por tempo determinado, mediante contrato de locação de serviços.

Art. 233 – As contratações temporárias obedecerão ao disposto em Lei Municipal.

Único – Os contratados temporariamente, enquanto estiverem prestando serviços à Prefeitura Municipal de Conselheiro Mairinck, integrarão o Quadro Suplementar de Pessoal e serão regidos por esta Lei.

TÍTULO VIII

CAPÍTULO ÚNICO

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 234 – O dia do Servidor Público Municipal será comemorado a vinte e oito de outubro.

Art. 235 – Os prazos previstos nesta Lei, serão contados em dias corridos, ficando prorrogado, conforme o caso, para o 1º dia útil seguinte, o prazo vencido em dia em que não houver expediente.

Art. 236 – Por motivo de crença religiosa ou convicção filosófica ou política, o servidor não poderá ser privado de qualquer dos seus direitos, sofrer discriminação em sua vida funcional, nem eximir-se de seus deveres.

Art. 237 – Ao servidor Público Municipal é assegurado, nos termos da Constituição Federal, o direito à livre associação sindical e político.

Art. 238 – O servidor municipal ocupante de cargo efetivo, que for eleito para o cargo de Prefeito do Município de Conselheiro Mairinck, ao terminar o mandato, será aposentado, voluntariamente, com proventos calculados sobre o cargo em comissão de maior remuneração, da tabela de pessoal, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1º - Se for eleito para o cargo de vereador, poderá aposentar-se, voluntariamente, com proventos de seu cargo efetivo, acrescido do valor de maior função gratificada existente na tabela de pessoal, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 2º - Em qualquer dos casos, é assegurada a opção para continuar em atividade, caso em que renuncia expressamente as vantagens referidas neste artigo.

Art. 239 – Consideram-se da família do servidor, além do cônjuge e filhos, quaisquer pessoas que vivam às suas expensas e constem de seu assentamento individual.

Art. 240 – Os adicionais de tempo de serviço, já concedidos aos servidores abrangidos por esta Lei, ficam transformados em anuênio.

Art. 241 – A licença especial disciplinada por leis anteriores, fica transformada em licença-prêmio por assiduidade.

Art. 242 – As aposentadorias e pensões vigentes na data desta Lei, deverão ser revistas e submetidas à apreciação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 243 – Os atuais servidores, cujas relações de trabalho são regidas pelo Decreto-Lei nº 5452 de 01/05/1943 (CLT), serão considerados a partir da vigência desta Lei, submissos ao regime único do presente Estatuto.

Único – O servidor poderá, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação dessa Lei, dirigir requerimento ao Prefeito Municipal, manifestando interesse inequívoco de permanecer no regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Art. 244 – O servidor que eventualmente optou pelo disposto no § único do artigo anterior, pertencerá ao quadro especial em extinção, não gozando das vantagens, benefícios e direitos desta Lei.

Art. 245 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 246 – Revogam-se todas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Conselheiro Mairinck, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de abril de ano de hum mil, novecentos e noventa e dois.

José da Silva
Prefeito Municipal